

# “Não podemos contar com a ajuda dos países avançados”

**JB:** O confronto entre o Brasil e os Estados Unidos poderá provocar algum dano irreparável ao desenvolvimento científico brasileiro?

**Canndotti:** Não. Ao contrário. Este confronto está funcionando como um elemento catalisador da comunidade científica. Trata-se de um desafio. E, como todos os desafios, quando se percebe a possibilidade de vencê-los, isso acaba funcionando como um elemento dinâmico. Veja o caso da própria informática. Até 1975 ela era uma tecnologia inatingível para nós. Em dez anos demos passos gigantescos nessa área. Os dados relativos à produção do setor são muito eloquentes. Se hoje ainda não emparelhamos com os países mais avançados em informática é porque isso não é fundamental para o desenvolvimento industrial do Brasil. O fato de não termos computadores que falam não é nenhuma desvantagem para o nosso parque industrial. O essencial na informática nós já conhecemos e isso é o que conta.

**JB:** Só que as nações industrializadas não estão aceitando pacificamente tais avanços tecnológicos por parte dos menos desenvolvidos...

**Canndotti:** É isso mesmo. As pressões têm sido violentas. Trata-se de um problema político. As grandes nações sempre nos enxergaram como reserva de mercado para a tecnologia que eles desenvolviam. Quando a situação se inverteu eles ficaram assustados. Essa batalha tecnológica é crucial para o Brasil. Ela definirá se iremos participar ou não da terceira revolução industrial. Como já disse, vencer estas pressões é crucial para a nossa história e para a nossa soberania.

**JB:** Estamos suficientemente desenvolvidos científica e tecnologicamente para participar desta batalha?

**Canndotti:** É claro. Existe a vantagem de não termos raízes profundas na área científica e acadêmica. Essas estruturas tradicionais sempre geram respostas muito lentas. Somos um país jovem. As nossas estruturas acadêmicas, por serem muito jovens, respondem rapidamente às boas propostas políticas e às novas idéias.

**JB:** E os recursos?

**Canndotti:** De fato, para entrarmos na terceira revolução industrial vamos precisar de dinheiro. Mas não é muito. Os investimentos na área científica terão de ser da ordem de 10 a 15 bilhões de cruzados. Isso corresponde a um terço do que irão gastar com o programa de irrigação. É uma vírgula no orçamento da Petrobrás. Se tivermos uma política científica bem imaginada, bem estruturada, ela dará as respostas que precisamos.

**JB:** Os críticos do ensino acadêmico e do desenvolvimento científico no Brasil sempre apontaram a falta de pesquisadores e de laboratórios. Isso já foi resolvido?

**Canndotti:** Esses problemas continuam existindo. Mas são fáceis de resolver. Basta existir determinação. A nossa comunidade científica precisa multiplicar-se por dez. Quanto a isso não há dúvidas. Falta-nos massa crítica. Com uma política científica bem definida isso desaparece. Basta convidar amigos cientistas no exterior para nos

ajudar. Basta mandar pesquisadores brasileiros estudar lá fora. Afinal, quando foi necessário e houve determinação, nós construímos aviões sofisticados, fomos explorar petróleo em águas profundas e montamos uma indústria de armamentos bastante eficiente e agressiva.

**JB:** A existência do Ministério da Ciência e Tecnologia já provocou algum efeito positivo no setor?

**Canndotti:** Certamente. Discutiu-se muito isso, no início. Hoje, estou convicto que foi oportuno. Na guerra para defender os nossos projetos, os nossos interesses e as nossas necessidades é melhor ter um Ministério que fale diretamente com o presidente da República do que não ter nada. Nossa orçamento é pequeno. Mas seria muito menor se não tivéssemos um Ministério. A preservação da lei de reserva de mercado para a informática seria impossível se não tivéssemos o nosso Ministério.

**JB:** A iniciativa privada continua arredia ao desenvolvimento científico do país?

**Canndotti:** Continua. As empresas brasileiras ainda não estão em condições de pensar a médio e longo prazo. No campo da ciência e da tecnologia trabalhamos com um tempo entre cinco e 10 anos. A economia brasileira nunca permitiu que as indústrias esperassem tanto. Na época do Delfim Neto o planejamento econômico era semanal. Agora, com o ministro João Sayad, virou semestral. Mudanças tão rápidas assim são incompatíveis com o desenvolvimento da ciência em qualquer parte do mundo.

**JB:** É possível melhorar isso? Ou tudo continua dependendo do planejamento econômico?

**Canndotti:** É possível.

**JB:** Como?

**Canndotti:** Como um pacto científico. Extatamente como estão querendo fazer na área social.

**JB:** Existe clima no Brasil para mais este pacto?

**Canndotti:** Acho que sim. Da mesma maneira que estamos discutindo pactos na área social o setor científico não fica de fora. Ela faz parte de um reencontro do Brasil consigo mesmo. Um dos setores vivos da sociedade brasileira é a comunidade científica. Como todos os outros segmentos, ela também tem suas dificuldades e tem os seus impasses. A situação das universidades não é diferente da situação da própria indústria nacional ou do setor financeiro.

**JB:** Como seria feito este pacto? O governo, os empresários e os cientistas sentariam na mesa de negociação e estabeleceriam metas e compromissos mútuos?

**Canndotti:** Não necessariamente. Eu enxergo o problema um pouco mais pelo lado de uma nação que quer dominar o seu futuro. Um pacto com governo, empresários e cientistas deveria ter na mesa das negociações objetivos concretos de curto prazo. No caso da ciência são necessários princípios e diretrizes de longo alcance. Temos que definir se o Brasil quer controlar a sua soberania de uma forma diferente, que não seja através dos canhões e dos soldados. Na verdade, o pacto científico seria um amplo esforço da conscientização da sociedade de que podemos garantir a nossa soberania sem ser pela força. Queremos ganhar a confiança dos brasileiros. Queremos mostrar que podemos pensar e resolver os grandes problemas nacionais com a contribuição da ciência e da tecnologia nacionais.

**JB:** Se existe clima para este pacto, como você explica o fato de o governo brasileiro ter recorrido a tecnologia externa para seu programa de irrigação?

**Canndotti:** Infelizmente o governo ainda continua agindo nos moldes da Velha República. Precisamos inverter isso. Todo o bom pacto tem que ser batalhado. Se tivéssemos um pacto científico já firmado, isso não teria acontecido. É preciso mostrar a todo mundo que nós temos condições de resolver nossos próprios problemas.

**JB:** Quem firmaria o pacto então?

**Canndotti:** Todos os brasileiros. Não podemos esquecer que o Brasil utiliza apenas 10% dos seus potenciais naturais e menos de 5% dos seus recursos humanos. A multiplicação por 10 do nosso patrimônio científico não é muito complicada. É mais simples que a reforma agrária.

**JB:** Já existe alguma articulação em torno do pacto científico?

**Canndotti:** Sim. As sociedades científicas têm se fortalecido muito nos últimos cinco anos. Hoje, temos de 50 a 60 sociedades científicas espalhadas pelo Brasil. Elas congregam milhares de pessoas que estão prontas para atuar nesta direção. É bom não esquecer também que o Conselho Nacional de Pesquisas sofre profundas reformulações. Pela primeira vez temos um conselho que não é dirigido por pessoas da confiança do governo. Trata-se de um conselho formado por pessoas indicadas pela comunidade científica.

**JB:** Comovocê recebe a idéia de criação de um pool de países em fase de desenvolvimento para crescerem científicamente juntos?

**Canndotti:** Há uma concepção muito clara de que nós não podemos contar com muita ajuda dos países avançados. Países que estão no mesmo estágio de desenvolvimento científico podem colaborar entre si. É o caso da Argentina e do Brasil. A cooperação científica entre os dois países pode, por exemplo, duplicar as estruturas de estudo e pesquisa. Nossos problemas são muitos parecidos. Isso é sempre positivo.

**JB:** Mas há, no próprio governo, quem ainda continue acreditando que é mais rápido e eficiente fazer acordos de cooperação científica e tecnológica com as nações desenvolvidas, como foi o caso do acordo nuclear com a Alemanha...

**Canndotti:** Nenhum país que detém tecnologia a transfere simplesmente para outras nações. Isso somente alguns economistas e alguns homens de governo acreditam. A Alemanha tentou abrir um mercado novo no Brasil para os seus produtos. Queriam estabelecer laços de comércio e não de cooperação científica.

**JB:** Se não fosse este acordo provavelmente o Brasil nunca iria dominar a tecnologia de reprocessamento de urâno...

**Canndotti:** Trata-se de uma questão absolutamente secundária. A tecnologia, tanto do processamento quanto do enriquecimento do urâno, é difícil de ser realizada em grande escala, por produzir grandes quantidades. Envolvem processos extremamente complexos, como por exemplo manuseios com robôs. Mas a idéia, os princípios técnicos são largamente conhecidos. A realização em escala é que é o problema. O reprocessamento do urâno exige uma tecnologia banal. Tirar um pouco de plutônio do combustível queimado no reator não apresenta dificuldade nenhuma. A notícia de que o Brasil domina o reprocessamento é um blefe. Por enquanto, falar que nós dominamos a tecnologia do reprocessamento é o mesmo que afirmar que nós sabemos resolver a equação de Newton.

**JB:** Quer dizer então que o velho sonho da bomba atômica brasileira continua distante?

**Canndotti:** Eu acho que sim. O Brasil não tem condições de reprocessar urâno em grandes escalas. Isso exige usinas enormes que poucos países têm. Algumas gramas podemos reprocessar. Mas para fazer um bomba ainda não temos condições. Para se ter uma idéia, as nações que fabricam artefatos nucleares dominam a tecnologia de enriquecimento e reprocessamento de 75% do urâno. Meio por cento é fácil de fazer. Mesmo os argentinos, que afirmam ter dominado o enriquecimento do urâno, não informam com clareza o grau de enriquecimento a que estão capacitados.